



Os conceitos de "homo politicus", "homo economicus" e "cidadania sacrificial" na obra de Wendy Brown

Matheus hein SOUZA¹

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo examinar as transformações na concepção de sujeito ideal no decorrer da modernidade, tomando como central para esta compreensão os conceitos de "homo politicus", "homo economicus" e "cidadania sacrificial". Os dois primeiros conceitos são encontrados em diversos autores e possuem variações nas suas significações a depender do filósofo que os utiliza. De todo modo, o presente artigo tratará da releitura desenvolvida pela teórica política norte-americana Wendy Brown. A autora é criadora do conceito de "cidadania sacrificial", no qual analisa as transformações na dinâmica cidadã no neoliberalismo e também relaciona as implicações da transição do sujeito político – o "homo politicus" – para o sujeito econômico – "homo economicus". Para realizar tal estudo, o presente artigo utilizar-se-á do referencial teórico de Wendy Brown em diálogo com obras de referências do pensamento neoliberal, como Ludwig von Mises e Friedrich Hayek, de modo a demonstrar o processo que a autora considera como o esvaziamento do conteúdo político nas democracias ocidentais e a dominância do econômico no cenário político-social da sociedade contemporânea.

Palavras-Chave: Neoliberalismo; Financeirização; Democracia.

¹ Mestrando em Filosofia pela PUCRS (Bolsista CNPq). Contato: matheushein@gmail.com

Introdução

Wendy Brown é uma das teóricas que, segundo a sua própria classificação (BROWN, 2015, p. 55), faz uma reinterpretação “neomarxista” do curso *O Nascimento da Biopolítica* oferecendo uma análise crítica do neoliberalismo a partir da descrição feita por Foucault (2008). Além de comentar a obra foucaultiana, a autora visa investigar os impactos da governamentalidade neoliberal em um âmbito não considerado por Foucault, a saber, a democracia. Em diversas obras e artigos, mas especialmente no livro *Undoing the Demos*, Brown examina o processo que ela considera como o esvaziamento desde dentro da democracia liberal. De tal modo, o interesse da autora é explorar os modos pelos quais o estabelecimento do neoliberalismo globalizado afeta diretamente o exercício da democracia, suas instituições, processos e valores. Compreender estas transformações significa entender o método pelo qual o neoliberalismo efetua o desmerecimento da democracia, sem explicitamente fazê-lo. Não por acaso, o subtítulo da obra de Wendy Brown se refere a uma *revolução furtiva* do neoliberalismo: a derrota da democracia não se faz mais apenas com tanques nas ruas e militares no poder, o *modus operandi* do novo poder global se utiliza de métodos mais sutis, persuasivos e perversos.

Desfazendo o Demos

Wendy Brown destaca diversos aspectos essenciais na exposição de Foucault que possibilitam compreender quais as bases de transformação perpetradas pelo neoliberalismo. Isto é, autora lista as principais mudanças ocorridas na transição do liberalismo para o neoliberalismo, mudanças que Foucault evidencia no seu estudo sobre a construção neoliberal e que a própria autora se utiliza na sua obra. Alguns desses aspectos que Brown destaca dizem respeito diretamente ao sujeito do neoliberalismo.

O primeiro aspecto destacado por Brown diz respeito a substituição da troca pela competição e consequente substituição da igualdade pela desigualdade. A filósofa ressalta essa constatação de Foucault, pois “equivalência é a premissa e a norma da troca, enquanto desigualdade é a premissa e o resultado da competição” (BROWN, 2015, p. 64)². Essa mudança exposta por Foucault possui resultados – não expostos por ele – na democracia e no sujeito dessa realidade. Se a concorrência passa a ser o eixo central de funcionamento da sociedade, isto é, se o sistema toma a concorrência como motor de desenvolvimento, progresso e estruturação da sociedade, então a desigualdade está legitimada a existir, já que como resultado “natural”, não há qualquer razão para atenuá-la ou remediá-la. Isto altera o próprio papel do Estado, já que, dentro desta lógica, não caberia ao Estado interferir nas razões da desigualdade, mas garantir o bom funcionamento da concorrência. No tocante ao sujeito, se trata de não mais ver no Estado um ponto de garantia para os seus direitos ou proteção contra os resultados da concorrência, pois já não mais é a função estatal, mas também significa que os próprios sujeitos devem tomar a desigualdade como um resultado natural das suas relações. Vencedores e derrotados fazem parte da vida, o que se deve buscar não é um equilíbrio para todos, mas não estar no lado dos derrotados.

Outros dois aspectos que Brown aponta são complementares, a saber, a substituição do trabalho pelo capital humano, e a substituição da produção pelo empreendedorismo. Esses dois aspectos também são decorrentes da substituição da troca pela competição, já que “quando competição se torna o princípio central, todos atores do mercado são tomados como capitais, ao invés de produtores, vendedores, trabalhadores, clientes ou consumidores” (BROWN, 2015, p. 65)³. A teoria do capital humano possui um resultado direto no apagamento da noção de classe, da extração realizada sobre o trabalhador e traz a concepção de

² No original: equivalence is both the premise and the norm of exchange, while inequality is the premise and outcome of competition.

³ No original: When competition becomes the market's root principle, all market actors are rendered as capitals, rather than as producers, sellers, workers, clients or consumers.



investimento no seu próprio capital, uma noção de si mesmo como empresa e todos os aspectos da vida humana como espaços para investimentos, âmbito para um cálculo de custo/benefício para os melhores resultados econômicos. Quanto à substituição da produção pelo empreendedorismo, diz respeito a uma substituição da produção em si, por produtividade; e do consumo, por empreendimento. Encaixa-se na visão do investimento empresarial do indivíduo como capital humano. Por último, a filósofa frisa a substituição da individuação e contestação política pelo consenso político, característica principalmente relevante na era da “governança”, recurso administrativo do neoliberalismo utilizado por todo o globo.

A crítica central de Brown à Foucault diz respeito à ausência, segundo a autora, de uma compreensão do político que dê conta daqueles que formam o político. Dito de outro modo, da existência de um corpo político em si. Nas palavras de Brown, para Foucault “não há corpo político, nenhum demos atuando coordenadamente (mesmo episodicamente) ou expressando soberania aspiracional; há poucas forças sociais desde baixo e nenhum poder compartilhado de regra ou lutas compartilhadas por liberdade” (BROWN, 2015, p. 73)⁴. O político é puramente resumido à ação do Estado sobre a população e o sujeito. Isto é, na visão de Foucault, o sujeito e o povo seriam passivos nessas relações e não há preocupação concernente à democracia, ou espaço para considerações referentes à democracia na sua história do liberalismo e neoliberalismo. A preocupação de Wendy Brown é levar a compreensão do que ela denomina “economização da sociedade” — observação que ela extrai de Foucault —, para o âmbito da democracia, ou seja, o que acontece com a democracia quando ela também é tratada como um mercado? Mises chega a fazer uma comparação entre a democracia política e a “democracia do mercado”, tomando a conhecida frase de Frank

⁴ No original: There is no political body, no demos acting in concert (even episodically) or expressing aspirational sovereignty; there are few social forces from below and no shared powers of rule or shared struggles for freedom.

Fetter, que define “o mercado como uma democracia na qual cada centavo dá direito a um voto” (FETTER, 2003, p. 212)⁵ e a levando além, afirmando que

Seria mais correto dizer que uma constituição democrática é um dispositivo que concede aos cidadãos, na esfera política, aquela mesma supremacia que o mercado lhes confere na sua condição de consumidores. Não obstante, a comparação é imperfeita. Na democracia política, somente os votos dados em favor do candidato ou do programa que obteve a maioria têm influência no curso dos eventos políticos. Os votos colhidos pela minoria não influenciam diretamente as políticas adotadas. Entretanto, no mercado, nenhum voto é dado em vão. Cada centavo gasto tem o poder de influenciar os processos de produção (MISES, 2010, p. 330).

A comparação de Mises, que conclui o mercado como mais democrático do que a democracia política, é um exemplo da imposição de léxico, visões e perspectivas propriamente econômicas no campo político. Como Brown aponta, “economização generalizada de domínios, atividades e sujeitos até agora não econômicos, mas não necessariamente comercialização ou monetização deles, é a assinatura distintiva da racionalidade neoliberal” (BROWN, 2015, p. 31-32)⁶. Portanto, o processo de economização da sociedade é esse em que “sujeitos, práticas e estados são transformados em objetos econômicos” (CORNELISSEN, 2018, p. 135)⁷. Wendy Brown traça um paralelo entre a homologia platônica da divisão tripartite da cidade e da alma, e uma nova homologia do tipo, dessa vez entre o sujeito e o Estado no neoliberalismo. Na versão do neoliberalismo, “pessoas e Estados são construídos sob o modelo da empresa contemporânea” (BROWN, 2015, p. 22)⁸. É nesse sentido que Brown afirma que a “racionalidade neoliberal dissemina o *modelo do mercado* para todos os domínios e atividades [...] e configura os seres humanos exaustivamente como atores do mercado, sempre, apenas e em todos os lugares como *homo oeconomicus*” (BROWN, 2015, p. 31.

⁵ No original: The market is a democracy where every penny gives a right of vote.

⁶ No original: Widespread economization of heretofore noneconomic domains, activities, and subjects, but not necessarily marketization or monetization of them, then, is the distinctive signature of neoliberal rationality.

⁷ No original: subjects, practices, and states are transformed into economic objects.

⁸ No original: persons and states are construed on the model of the contemporary firm.

Grifo da autora)⁹. Não apenas o neoliberalismo gera essa profunda transformação, mas também “coloniza o próprio território da política em que esses desenvolvimentos podem ser resistidos, minando a possibilidade de subjetividade política e reformulação das normas e valores da democracia em termos econômicos” (AITCHINSON, 2017, p. 781)¹⁰, o que significa que “à medida que a racionalidade neoliberal se estabelece, economiza a conduta individual e a conduta do Estado, e como resultado o sujeito e o estado deixam de entender a si mesmos e aos outros como atores políticos” (CORNELISSEN, 2018, p. 136)¹¹.

Um problema evidente que Brown ressalta é que, para caracterizar a perda das características próprias da democracia no processo de economização efetuado no neoliberalismo, primeiro é preciso definir o que é democracia. Segundo a autora,

"Democracia" está entre os mais contestados e promíscuos termos em nosso vocabulário político moderno. No imaginário popular, "Democracia" significa tudo, desde eleições livres a mercados livres, desde protestos contra ditadores à lei e ordem, da centralidade de direitos à estabilidade dos estados, da voz da multidão reunida à proteção da individualidade (...) (BROWN, 2015, p. 19).

Democracia assim assume diversas formas e pode remeter a diferentes significados. Seu sentido será um quando proferido por um liberal, por um republicano, por um radical, por um socialista, por um fascista, e assim por diante. O perigo desta compreensão é a da democracia virar “um significante vazio” (BROWN, 2008, p. 44)¹², algo que qualquer corrente de pensamento pode preen-

⁹ No original: neoliberal rationality disseminates the model of the market to all domains and activities [...] and configures human beings exhaustively as market actors, always, only, and everywhere as homo oeconomicus. Grifo da autora.

¹⁰ No original: colonises the very territory of politics on which these developments might be resisted, undermining the possibility of political subjecthood and reshaping the norms and values of democracy in economic terms.

¹¹ No original: As neoliberal rationality takes hold, it thus economizes individual conduct as well as state conduct, and as a result both the subject and the state cease to understand themselves and others as political actors.

¹² No original: empty signifier



cher como quiser e, ao mesmo tempo, não significar coisa alguma. Brown, com esses problemas em vista, considera a democracia no seu sentido mais simples e básico: “o povo se governa, que o todo, em vez de uma parte ou um Outro, é politicamente soberano” (BROWN, 2008, p. 45)¹³. Outra característica fundamental da democracia que Brown aponta é que “a legitimidade da democracia é extraída de vocabulários e ordenanças exclusivamente políticos” (BROWN, 2019, p. 57)¹⁴, ou seja, a democracia possui sua própria linguagem e suas próprias instituições, de uma origem diferente de qualquer outro campo, e é daí que deriva sua legitimidade. Apesar de ser difícil conceitualizar a democracia como algo homogêneo, Brown considera que “é mais fácil adumbrar os processos reduzindo até a democracia liberal (democracia parlamentar, burguesa ou constitucional) a uma concha da sua antiga forma” (BROWN, 2008, p. 46)¹⁵. Isto é, apesar de todas as variações da democracia no campo conceitual, ao menos características fundamentais como as anteriormente apresentadas são gerais e elas próprias são alvo de ataques. A democracia liberal, apesar de todas as suas falhas e problemáticas (BROWN, 2015, p. 44), carrega consigo – ou, como destaca Brown, têm monopolizado, dependendo do ponto de vista - há séculos “a linguagem e promessa de igualdade política inclusiva e compartilhada, liberdade e soberania popular” (BROWN, 2015, p. 44)¹⁶. A economização que Brown se propõe a expor, portanto, invade a democracia, substituindo a sua linguagem própria, vocabulários e ordenanças, que são exclusivamente políticos, e estabelecendo os próprios do mercado. “Democracia sem política é um oxímoro; a partilha de poder que a democracia implica é um projeto político exclusivo que exige cultivo, renovação e apoio institucional” (BROWN, 2019, p. 57)¹⁷; se ao invés de cultivar uma cultura demo-

¹³No original: the people rule themselves, that the whole rather than a part or an Other is politically sovereign.

¹⁴No original: Democracy’s legitimacy is drawn from exclusively political vocabularies and ordinances.

¹⁵No original: it is easier to adumbrate the processes reducing even liberal democracy (parliamentary, bourgeois, or constitutional democracy) to a shell of its former self

¹⁶No original: the language and promise of inclusive and shared political equality, freedom, and popular sovereignty.

¹⁷No original: democracy without the political is an oxymoron; the sharing of power that democracy entails is a uniquely political project requiring cultivation, renewal, and institutional support.

crática dentro dos seus próprios termos, cultivando a economização deste terreno, o risco é o esvaziamento da democracia que Brown identifica na sociedade contemporânea pelas mãos da razão neoliberal.

O eclipse do *homo politicus*

Como esse processo de economização aplicado no neoliberalismo se estende para os indivíduos? Brown se utiliza da imagem do *homo economicus* a partir da elaboração de Foucault, mas propõe uma história desta figura que diverge em certos aspectos daquela traçada por ele. Um primeiro ponto a destacar na leitura da autora em relação à construção histórica do sujeito que culmina neste da sociedade neoliberal é que a autora parte do princípio de que afirmar que somos todos *homo economicus* na sociedade neoliberal significa, por óbvio, que não somos uma série de outras coisas. Para Brown, “temos de saber o que isso exprime em não sermos e, em especial, o que tem sido descartado, o que definitivamente não somos” (BROWN, 2017, p. 267)¹⁸. Outro ponto a destacar é de que o interesse – central na concepção de Foucault tanto do liberalismo, quanto do neoliberalismo – já não mais define o núcleo motivador do *homo economicus*.

Na genealogia do *homo economicus* proposta por Foucault este sujeito econômico no período liberal coexiste com o *homo juridicus* ou *homo legalis*, o sujeito de direitos.

Assim, para Foucault, a cidadania moderna figura uma dupla persona, legal-jurídica por um lado, econômica por outro. Ele diz que há “o sujeito de interesse” e “o sujeito de direito” – o primeiro sempre “extravasa” o outro, sendo-lhe irreduzível e submetido a uma lógica e forma de governança completamente diferentes (BROWN, 2017, p. 270).

¹⁸Este texto, na verdade, trata-se de uma tradução do terceiro capítulo do livro *Undoing the Demos*, tendo sido publicado na revista: *dois pontos*., Curitiba, São Carlos, volume 14, número 1, p. 265-288, abril de 2017.



Brown nota, entretanto, que esta visão de Foucault é limitada ao problema que resume a política ao Estado, já que o sujeito de direitos está diretamente ligado à soberania estatal, é o sujeito do contrato que se submete em certa parte ao soberano, dentro da lógica de um direito pelo outro. Para a filósofa, o que fica omitido nessa visão é a figura do *homo politicus*, “sujeito animado pela e para realização da soberania popular, assim como por sua própria soberania individual” (BROWN, 2017, p. 269). De tal modo, o registro bidimensional do sujeito (economia + direitos) apresentado por Foucault precisa ser complementado por uma terceira parte, isto é, a política, que não se resume a dimensão jurídica dos direitos. Para Brown, portanto, a crítica se refere à totalização da soberania no Estado, a soberania apenas por meio do Estado. Inserir o sujeito político dentro desse esquema significa compreender a soberania como algo que não é apenas ligado ao Estado, mas também partilhada e disseminada entre a população. Uma compreensão de soberania popular, algo que tem peso dentro da filosofia de Brown. O que se nota também, é que partir da distinção de *homo economicus* e *homo politicus*, Brown visa apontar que “há uma fundamental antinomia entre cidadania e neoliberalismo” (GAGO, 2017, p. 9), ainda assim, a figura do *homo politicus* não desaparece exatamente no instante do surgimento do *homo economicus*, por isto Brown insere o sujeito político na história relacional do sujeito econômico. Este antecede aquele, já que Brown traça a história do *homo politicus* desde o *zoon politikon* aristotélico, chegando até o período liberal, mas demarcando seu período de declínio a partir da relação com o *homo economicus*, em um processo progressivo.

Brown considera, concluindo a partir da visão de Aristóteles sobre o homem, que “o homem é político porque é uma criatura moral, gregária e detentora de linguagem que utiliza tais capacidades para governar a si próprio e aos outros” (BROWN, 2017, p. 272), discordando da crença comum de que esse



homo politicus começou a esmorecer no século XVII, à medida que o interesse pela propriedade e pelas coisas, em especial, tornou-se preponderante, tendo então falecido no século XVIII, quando o crescimento do capitalismo e sua prevalência sobre a vida pública nos reduziram àquilo que C. B. Macpherson celeberramente caracterizou de individualistas possessivos (BROWN, 2017, p. 272).

Na direção oposta deste consenso, Brown defende que mesmo nos autores considerados centrais para o liberalismo do século XVIII, a presença do *homo politicus* é constante, desde Adam Smith e passando por John Locke e outros autores do período clássico do liberalismo. Com esta constatação, Brown defende que o “*homo politicus*, mesmo anêmico, existiu lado a lado com o *homo oeconomicus* durante grande parte da modernidade” (BROWN, 2015, p. 86)¹⁹, mas é no decorrer da revolução furtiva do neoliberalismo que é possível identificar a generalização do *homo economicus*. Este é o resultado do processo de economia da vida na sua extensão para própria constituição dos indivíduos.

A generalização da forma-empresa no interior do corpo social abriu as portas para os indivíduos se autocompreenderem como “empresários de si mesmos” que definem a racionalidade de suas ações a partir da lógica de investimentos e retorno de “capitais” (SAFATLE, 2015, p. 199).

De tal modo, os sujeitos não mais se veem nem como o sujeito de direitos, também coexistente com o *homo economicus*, e nem com o *homo politicus*, já que a lógica do mercado generalizada no tecido social apaga esse registro. Isto é, a lógica empresarial substitui qualquer noção de soberania popular ou individual. Ao invadir o político com a lógica de mercado, a razão neoliberal afeta “tanto o Estado quanto o cidadão, visto que ambos se convertem, em identidade e conduta, de figuras da soberania política para figuras de firmas financeirizadas” (BROWN, 2017, p. 282). A tradição política liberal é problemática, como

¹⁹No original: *homo politicus*, however anemic, has existed side by side with *homo oeconomicus* through much of modernity



Brown aponta, mas também vem de uma longa construção da diferenciação do sujeito político para com o reino da economia, mesmo que o primeiro seja sempre afetado pelo segundo, ainda assim possui sua autonomia. Quando essa tradição é reconfigurada a partir desta mencionada “lógica de competição entre capitais econômicos, resta apenas a possibilidade de retorno financeiro do investimento, e então há pouco caminho de volta. O *homo politicus* é completamente eliminado” (DAVIES, 2015, p. 89)²⁰.

Um último ponto a destacar nesta reconfiguração diz respeito ao próprio *homo economicus* do neoliberalismo, que é também diferente daquele do liberalismo. Foucault já aponta esta transformação ao identificar a transição de um sujeito de troca para um sujeito empresarial, contudo, Brown ressalta uma outra diferença que considera ignorada, ou minimizada, por Foucault. O *homo economicus* como capital humano é uma transformação significativa efetuada pelo neoliberalismo, “dentro desta nova concepção o sujeito econômico passa a ser uma criatura para quem o interesse não é mais a designação adequada” (BROWN, 2015, p. 78)²¹. Brown compreende que “interesse” não mais é o central para a compreensão do *homo economicus*, uma transformação que reconfigura a posição deste sujeito na sociedade, tanto quanto ao que ele busca no campo individual, quanto como as suas relações com outros se consolidam. Para Brown, “tratar o interesse como essencial desse personagem e unidade trans-histórica nos impede de ver implicações importantes da mudança de uma formação liberal clássica para uma formação neoliberal” (BROWN, 2015, p. 85)²², já que esta reconfiguração do sujeito econômico na passagem do liberalismo clássico para o neoliberalismo demarca também uma profunda transformação no papel do su-

²⁰No original: but once such traditions are reconceived around a logic of competition between economic capitals, there is only the possibility of financial return on investment left, and then there is little way back. *Homo politicus* is snuffed out altogether.

²¹No original: a creature for whom interest is no longer the proper designation.

²²No original: treating interest as this character’s essential and transhistorical drive keeps us from seeing important implications of the shift from a classical liberal to a neoliberal formation.

jeito na política e é ela mesma parte constituinte do apagamento do *homo politicus* na sociedade.

Cidadania sacrificial

Para Brown, uma importante mudança ocorrida dentro do próprio neoliberalismo é a passagem de uma era da “empresa produtiva” para uma de “empresa financeirizada”. Brown considera uma grande transformação

a ascensão do capital financeiro, a financeirização de tudo, e a importância da dívida e derivativos na formação da economia e razão política, bem como transformar a racionalidade neoliberal em si - sua formulação de mercados, assuntos e ações racionais (BROWN, 2015, p. 70).²³

Essa transformação também é uma do sujeito, já que para Brown a apreciação de capital humano substitui a produção. Há uma “superação da produtividade pelo capital financeiro e do lucro enraizado na produtividade por aluguéis econômicos gerados por financeirização” (BROWN, 2015, p. 66)²⁴. É a transformação anteriormente mencionada do sujeito dirigido pelo interesse por um dirigido pela apreciação do capital humano. Nesse sentido o sujeito do neoliberalismo financeirizado está “mais próximo do perfil de um banco de investimentos do que de uma mercearia de bairro” (BROWN, 2018, p. 7). Levando essa análise para além de apenas a configuração do próprio indivíduo, mas compreendendo de que modo se dá a constituição do social e do político na sociedade – nesse caso, da cidadania –, é observável que os impactos de tal concepção de si e do outro possui impactos igualmente profundos. Esse “sujeito, tomado como capital humano por empresas e macroeconomias, acaba por ficar inteiramente preso às necessidades, trajetórias e contingências” (BROWN, 2018, p. 8) de um Estado que

²³No original: the rise of finance capital, the financialization of everything, and the importance of debt and derivatives in shaping the economy and political reason as well as transforming neoliberal rationality itself — its formulation of markets, subjects, and rational action.

²⁴No original: overtaking of productive by finance capital and of profit rooted in productivity by economic rents yielded by financialization.

é, por sua vez, submetido a uma lógica empresarial-financeira tanto quanto o próprio sujeito neoliberal. Outro componente particular do estágio atual do neoliberalismo que se apresenta nesta equação é a chamada “governança”.

A “governança se tornou sua forma administrativa chave, sem a qual o neoliberalismo contemporâneo é impensável” (BROWN, 2018, p. 16), isto é, o *modus operandi* do governar na contemporaneidade – ou melhor, como define o léxico neoliberal, “o modelo de gestão do Estado” – passa a ser a governança. O efeito principal da governança é precisamente o de fazer o Estado operar como uma empresa, subtraindo qualquer conotação política deste fazer. A governança opera de modo que “substitui a lei por diretrizes relativas aos objetivos desse projeto, conflito de classes por ‘partes envolvidas’, consciência de classe por consciência de equipe, e desafios políticos ou normativos por um foco no técnico e no prático” (BROWN, 2018, p. 34), portanto, a governança age propositadamente para amenizar e mascarar antagonismos, assim despolitizando as operações do Estado, considerando sempre produto de um cálculo que visa administrar para os melhores resultados econômicos. Essa “forma administrativa chave” produz necessariamente seu próprio tipo de cidadania. Brown define que

o cidadão-modelo neoliberal é aquele que constrói estratégias para ele mesmo entre as diversas opções sociais, políticas e econômicas, não aquele que se empenha com outros para alterar ou organizar essas opções. Uma cidadania neoliberal plenamente realizada seria o oposto da preocupação com o público; de fato, ela nem existiria como público (BROWN, 2005, p. 43)²⁵

Isto é, “o *homo economicus* [neoliberal] não é construído como um cidadão que obedece às regras, busca objetivos comuns e lida com problemas compartilhados” (HAMANN, 2012, p. 109), um indivíduo que não opera mais como aquele cidadão voltado para os interesses públicos e coletivos. Ainda assim, é um sujeito profundamente responsabilizado pelas suas ações e do todo. O que é, portanto, essa cidadania neoliberal? A economização do político, fi-

²⁵No original: the model neoliberal citizen is one who strategizes for her- or himself among various social, political, and economic options, not one who strives with others to alter or organize these options. A fully realized neoliberal citizenry would be the opposite of public-minded



nanceirização da sociedade e o estabelecimento da governança como forma de agir do Estado, se “encolhe todos os espaços significativos para uma cidadania ativa” (BROWN, 2018, p. 31). O que se tem, por conseguinte, é uma cidadania passiva, reativa e fortemente levada ao consenso do que vem de cima. O modelo é do que Brown denomina de “cidadania sacrificial”. A ideia de sacrifício dentro da lógica da cidadania não é necessariamente uma novidade, já que em tempos de guerra, por exemplo, sempre foi recorrido o recurso de sacrifício por parte dos cidadãos, um sacrifício militar. No entanto, a cidadania neoliberal “muda este gesto clássico de patriotismo de um registro político-militar para um econômico, uma realocação que indexa a economia neoliberal do político” (BROWN, 2015, p. 212)²⁶. O resultado é que, ao invés de “apoiar alguma forma de interesse público, a ideia de sacrifício cidadão é redirecionada para servir a economia” (NAIL, 2019, p. 107)²⁷.

Os sacrifícios requisitados podem ser muitos e de variadas origens, desde a retirada de direitos trabalhistas, até a proliferação da terceirização; do corte de benefícios, até o desmonte da previdência social; do “desinvestimento” na educação, até a privatização da saúde pública. Todos os sacrifícios, perfeitamente acomodados sob o guarda-chuva das “medidas de austeridade”, servem para o melhor da nação. A precarização do social é justificada, pois se não forem aplicadas estas medidas, o colapso será logo e brutal. Portanto, cabe a todo cidadão, de forma absolutamente passiva, abraçar estes sacrifícios. Assim, se trata “a saúde da nação como empresa” (BROWN, 2018, p. 34) e o cidadão como um funcionário diante a realidade iminente do *downsizing* que é, sem dúvidas, incômodo, mas definitivamente necessário. A questão é de fato tratada apenas nos termos do mundo empresarial, já que todas as ações realizadas são tomadas “como decisões econômicas pela governança neoliberal, e não como decisões políticas” (BROWN, 2018, p. 46). Todas são ações administrativas, fruto de necessidades da gestão para que a empresa-Estado possa melhor operar, gerar mais lucro.

²⁶No original: relocates this classic gesture of patriotism from a political-military register to an economic one, a relocation that itself indexes the neoliberal economization of the political.

²⁷No original: supporting some form of public interest, the idea of citizen sacrifice is redirect to serve the economy.

Uma ferramenta utilizada para demandar o sacrifício do empregado de uma empresa, assim como do cidadão de uma nação, é a *responsabilização*. Segundo a definição de Ronen Shamir,

Como uma técnica da governança, a responsabilização, portanto, tem como premissa fundamental a construção da agência moral como condição ontológica necessária para garantir uma disposição empreendedora no caso de indivíduos e autoridade sócio-moral no caso de instituições (SHAMIR, 2008, p. 7)²⁸.

Nesse sentido, para Brown, “responsabilização assinala um regime na qual a capacidade humana singular de se responsabilizar torna-se um modo de administrar sujeitos” (BROWN, 2018, p. 39). A responsabilização do indivíduo ocorre, portanto, como uma ferramenta da governança neoliberal de modo a exercer um controle sobre ele. De acordo com essa compreensão, Thomas Lemke considera que essa estratégia da forma de governar do neoliberalismo tem a intenção de “mudar a responsabilidade por riscos sociais como doenças, desemprego, pobreza, etc., e pela vida em sociedade no domínio pelo qual o indivíduo é responsável e transformando-o em um problema de 'autocuidado'” (LEMKE, 2014, p. 201)²⁹.

O resultado é inculcar no indivíduo a responsabilidade na superação dos problemas sociais que se apresentam no todo, individualizando as soluções, ao mesmo tempo que “socializa o risco”, isto é, os riscos e prejuízos do mercado passam a ser de absorção dos indivíduos. Isso representa um *ethos* do neoliberalismo atual, uma ética da responsabilização do indivíduo diante os problemas, mas não em um sentido de “obrigação para com o bem comum”, mas de obrigação para com o mercado, com o capitalismo. Conforme Peter Bloom afirma, se re-

²⁸No original: As a technique of governance, responsabilization is therefore fundamentally premised on the construction of moral agency as the necessary ontological condition for ensuring an entrepreneurial disposition in the case of individuals and socio-moral authority in the case of institutions.

²⁹No original: shifting the responsibility for social risks such as illness, unemployment, poverty, etc., and for life in society into the domain for which the individual is responsible and transforming it into a problem of 'self-care'.



ferindo à crise financeira de 2008, “mais do que a necessidade de ter uma boa governança, havia agora uma obrigação compartilhada de abraçar a austeridade” (BLOOM, 2017, p. 70)³⁰. Isso é a demonstração daquilo que Brown afirma sobre a responsabilização, sobre a transposição das responsabilidades para os indivíduos, para o ato sacrificial de sua cidadania, significa “que a cidadania é despida de voz e engajamento político substantivos, e a virtude cidadã resumida a um acomodar-se, sem queixas, à vida econômica da nação” (BROWN, 2018, p. 42).

Conclusão

Wendy Brown demonstra, no decorrer da sua vasta obra sobre a democracia ocidental contemporânea, as transformações na compreensão do que significa o “cidadão”, isto é, o sujeito que toma parte da vida política do seu país. Empreendendo uma investigação nas transformações dos regimes democráticos perpetradas pela “revolução furtiva” do neoliberalismo, Brown identifica que a própria relação dos sujeitos politicamente – e destes coletivamente, enquanto demos – se reconfigura por completo a partir da economização da política, um processo que tem como objetivo final o enfraquecimento e esvaziamento da democracia. Do *homo politicus* clássico até o *homo economicus*, o conteúdo propriamente político da ação cidadã se esvai como o restante do conteúdo político e social do próprio regime democrático. O passo final na corrosão do sentido político da ação dos indivíduos vem com a financeirização da forma de governar, ou seja, da consolidação do conceito de “governança” na política atual, sempre acompanhado por um discurso econômico de austeridade. No mundo da política financeirizada, o papel do cidadão é se sacrificar pelo país. De todo modo, diferentemente do sacrifício bélico exigido em outros tempos, o sacrifício agora é cotidiano, constante e – o que é mais marcante – econômico. Todo e cada indiví-

³⁰ No original: more than just the need to have good governance, there was now a shared obligation to embrace austerity

duo é responsável pelo ônus das crises econômicas. Este é o coração da cidadania sacrificial.

Referências

AITCHINSON, C. Foucault, Democracy and the Ambivalence of the Rights. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, Londres, volume 22, número 6, p. 770-785, setembro de 2017.

BLOOM, P. *The Ethics of Neoliberalism. The Business of Making Capitalism Moral*. Nova York: Routledge, 2017

BROWN, W. *Cidadania Sacrificial*. Neoliberalismo, capital humano, e políticas de austeridade. Tradução de Juliane Bianchi Leão. Rio de Janeiro: Zazie, 2018.

BROWN, W. *Edgework*. Critical Essays on Knowledge and Politics. Nova Jersey: Princenton University Press, 2005.

BROWN, W. *In the Ruins of Neoliberalism*. The Rise of Antidemocratic Politics in the West. Nova York: Columbia University Press, 2019.

BROWN, W. Revisando Foucault. *Dois Pontos*, São Carlos, volume 14, número 1, p. 265-288, abril de 2017.

BROWN, W. *Undoing the Demos*. Neoliberalism's Stealth Revolution. Nova York: Zone Books, 2015.

BROWN, W. We Are All Democrats Now. In: AGAMBEN, Giorgio (org) *et al. Democracy in What State?* Nova York: Columbia University Press, 2008. p. 59-76.

CORNELISSEN, L. On the Subject of Neoliberalism. *Constellations*. Nova York, volume 25, número 1, p. 133-146, março de 2018.

DAVIES, W. The Democratic Critique of Neo-liberalism. *Renewal*. Nova York, Volume 23, número 3, p. 86-82, julho de 2015.

FETTER, F. *The Principles of Economics*. With Applications to Practical Problems. Auburn: Ludwig von Mises Institute for Austrian Economics, 2003.

FOUCAULT, M. *O Nascimento da Biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAGO, V. *Neoliberalism from Below*. Popular Pragmatics and Baroque Economics. Durnham: Duke University Press, 2017.

HAMANN, T. Neoliberalismo, Governamentalidade e Ética. *Ecopolítica*. São Paulo, volume 3, p. 99-113, 2012.

LEMKE, T. The Risks of Security. In. LEMM, Vanessa; VATER, Miguel (orgs). *The Government of Life*. Nova York: Fordham University Press, 2014.

MISES, L. V. *Ação Humana*: Um tratado de economia. Tradução Donald Stewart Jr. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises, 2010.

NAIL, B. *Homo Sacrificus*. In: ELLISWORTH, Jeffrey; NAIL, Brian (orgs). *Law's Sacrifice*. Nova York: Routledge, 2019. p. 99-121.

SAFATLE, V. *O Circuito dos Afetos*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

SHAMIR, R. The Age of Responsabilization. *Economy and Society*. Londres, volume 37, número 1, p. 1-19, janeiro de 2008.